



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0288135-8 JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

APELANTE: REFRESCO GUARARAPES LTDA

Advogado: João Loyo de Meira Lins PE 021415

APELADO: FÁBIO JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA

Advogado: Alessandra Mota PE 026072

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO:

EMENTA – RESPONSABILIDADE CIVIL. SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS ENCONTRADAS EM GARRAFA DE ÁGUA MINERAL. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. MERA REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO.

Segundo a embargante, o acórdão vergastado não teria se manifestado quanto à existência do dano moral e ao entendimento do STJ a respeito da matéria.

O acórdão vergastado afasta quaisquer dúvidas a respeito da existência de fungos na garrafa de água (o que foi reconhecido pela própria embargante), colacionando julgado recente a respeito de situação semelhante, e cuida da matéria de forma satisfatória e esclarecedora.

A hipótese dos autos cuida de descumprimento, pela recorrente, de seu dever de oferecer produto de qualidade, devendo-se tomar em conta a peculiaridade do caso, em que foram colocados em risco tanto a credibilidade do comerciante no mercado quanto a própria saúde dos consumidores.

Trata-se de mera rediscussão da matéria, ante a insatisfação da parte com o *decisum*, o qual, aliás, cuidou de apreciar as alegações trazidas de forma detalhada e satisfatória, decidindo-se, por fim, à unanimidade, não se havendo falar, portanto, na omissão aventada.

Embargos declaratórios conhecidos para fins de prequestionamento, porém a que se nega provimento para manter íntegro o acórdão atacado.

ACÓRDÃO



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação nº 0288135-8, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em conhecer dos aclaratórios apenas para fins de prequestionamento e negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 26 de *Março* de 2013.

Alberto Nogueira Virgínio
Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

203

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO
Nº 0288135-8 JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
APELANTE: REFRESCO GUARARAPES LTDA
Advogado: João Loyo de Meira Lins PE 021415
APELADO: FÁBIO JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA
Advogado: Alessandra Mota PE 026072
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 190/194) opostos em face do acórdão de fl. 182 (lavrado no recurso de agravo correspondente), por meio dos quais a embargante defende a presença de omissões.

A embargante aponta o referido vício no acórdão sob a alegação de que “a questão central da demanda não restou decidida por este órgão julgador, qual seja, a inexistência de dano moral pela mera aquisição de produto contendo vício de qualidade, quando não há consumo do mesmo”, e de que “Não há no voto do relator, unanimemente acatado pela decisão embargada, uma linha sequer a respeito da inexistência de dano e do entendimento do STJ, o qual serviu de apoio aos argumentos apresentados pela ora embargante”.

Pugna, ao final, sejam conhecidos os presentes embargos para fins de prequestionamento, bem como sejam reconhecidas e sanadas as apontadas irregularidades, “pronunciando-se esta Câmara a respeito da inexistência de dano nas hipóteses em que não há ingestão do produto viciado”.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito diretamente em mesa para julgamento, na conformidade da segunda parte do Art. 537, do Código de Processo Civil c/c Art. 85, d, do RITJ/PE.

É o relatório.

Recife, 26 de Maio

de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO
Nº 0288135-8 JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE**

APELANTE: REFRESCO GUARARAPES LTDA

Advogado: João Loyo de Meira Lins PE 021415

APELADO: FÁBIO JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA

Advogado: Alessandra Mota PE 026072

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Embora a embargante sustente a existência de vícios na decisão colegiada, cuido que não merecem guarida as argumentações expendidas.

Da leitura das razões recursais, observa-se que, segundo a embargante, o acórdão não teria se manifestado quanto à existência do dano moral e ao entendimento do STJ a respeito da matéria.

Mister esclarecer, desde logo, que a obrigação funcional do julgador é resolver a controvérsia, sem que isso signifique responder a todos os argumentos suscitados pelas partes. A motivação, assim, exigida no estado democrático, significa apoio de solução, não existindo, por outro lado, exigência alguma de que o juiz ou o órgão colegiado deva responder ponto por ponto, sendo suficiente o enfrentamento da questão principal para a solução do litígio.

Com efeito, para o cumprimento da devida prestação jurisdicional, o que se exige é uma decisão fundamentada (Art. 93, n. IX, da CF), mostrando-se absolutamente desnecessária a manifestação expressa do julgador a respeito de todos os argumentos e dispositivos legais invocados pelas partes, assim como das razões ou não de sua adoção.

No caso em pauta, o acórdão vergastado, afasta quaisquer dúvidas a respeito da existência de fungos na garrafa de água (tanto que a própria recorrente reconhece o vício de qualidade no produto, tratando-se, como se vê, de fato incontroverso), trazendo julgado recente do TJRS a respeito de situação semelhante, e cuida da matéria de forma satisfatória e esclarecedora, dispensando maiores delongas.

De se considerar que a situação descrita nos autos mostra o descumprimento, pela recorrente, de seu dever de oferecer produto de qualidade, violando a segurança que dele legitimamente se esperaria, devendo-se ter igualmente em conta a peculiaridade do caso, em que foram colocados em risco tanto a imagem do comerciante no mercado, cujo negócio depende de relação de confiança e credibilidade oferecida à sua clientela, quanto a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

própria saúde dos consumidores, o que foi devidamente esclarecido no acórdão vergastado, do qual destaco o seguinte trecho, *verbis*:


Isto porque a situação descrita ultrapassa os limites dos dissabores e inconvenientes cotidianos, ante o risco imposto aos consumidores (e ao autor/apelado, na condição de comerciante, exposto a uma situação de vulnerabilidade e de quebra de confiança) e possibilidade de comprometimento de sua saúde/vida, restando evidente o cabimento da indenização pleiteada.

Como se vê, trata-se de mera rediscussão da matéria ante a insatisfação da parte com o *decisum*, o qual, aliás, cuidou de apreciar as alegações trazidas de forma detalhada e satisfatória decidindo-se, por fim, à unanimidade, não se havendo falar, portanto, em omissão ou contradição, ao contrário do que defende a recorrente.

Ante o exposto, conheço os embargos de declaração para fins de prequestionamento, porém **NEGO PROVIMENTO** ao mesmo, para manter íntegro o *decisum* atacado.

É como voto.

Recife, 16 de maio de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator